



Turismo no Litoral: perspectivas e possibilidades

Carlos Alberto Máximo Pimenta¹
Rosa Maria Frugoli²

Resumo

O turismo se constitui em uma importante proposta de enfrentamento para o reordenamento sócio-econômico em regiões sem o perfil industrial. É com base nesta afirmação que faremos uma análise do turismo no litoral norte paulista, tendo sempre como referência perspectivas sociais de inclusão do maior número de pessoas ao sistema produtivo. A nossa predisposição é, de um lado, pensar o turismo e o turista, não só como um negócio, mas acima de tudo como um cidadão, uma pessoa, sem restrições a sua classe econômica; e, de outro, pensar também o turismo como movimento de distribuição de renda, de geração de empregos e de qualificação na prestação de serviços públicos prestados à cidade como um todo.

Palavras-chave: Turismo, distribuição de renda, inclusão social

Tourism in the Coast: perspectives and possibilities

Abstract

Tourism constitutes an important purpose for confronting the regional socio-economic pattern and forcing its reorder in regions without an

¹ Professor de Sociologia, mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP; pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas (UNITAU) e da Linha “Práticas Pedagógicas” do PPG de Mestrado em Educação (UNITAU). E-mail: cpimenta@universia.com.br

² Mestranda em Ciências Sociais na PUC/SP; pesquisadora do Núcleo de Estudos do Cotidiano e Cultura Urbana (PUC/SP). E-mail: rosafrugoli@universia.com.br.

industrial profile. Based in this premise this research proposes an analysis of the tourism in the northern coast of São Paulo considering the social perspective of inclusion that aims for bringing the largest number of people to the productive system. The approach focuses on thinking tourism not only as a business and the tourist not only as a client but also as a citizen and a person with no prejudice regarding income level. And also think tourism as a movement toward the distribution of income that generates jobs and skills to people working for public providing services to the city as a whole.

Key-words: Tourism, distribution of income, social inclusion

Introdução

Na atualidade, um dos desafios para enfrentar os limites da produtividade industrial (o que muitos chamam de desenvolvimento econômico), em cidades com características litorâneas ou rurais, é o turismo. O turismo se constitui em uma importante proposta de enfrentamento para o reordenamento sócio-econômico em regiões sem o perfil industrial. É com base nesta afirmação de partida que faremos uma proposição de análise sobre o turismo no litoral norte paulista, tendo sempre como referência perspectivas sociais de inclusão do maior número de pessoas ao sistema produtivo.³

A nossa predisposição é, portanto, pensar o turismo e o turista, não só como um negócio, mas acima de tudo como um cidadão, uma pessoa, sem restrições a sua classe econômica. Por outro lado, pensar também o turismo como movimento de distribuição de renda, de geração de empregos e de qualificação na prestação de serviços públicos prestados à cidade como um todo.

Este esforço tem o objetivo de entender determinado movimento de administração e de geração de recursos econômicos, sem perder de vista a possibilidade de fomento de uma consciência⁴ ecológica (ambiental), em ações baseadas na sustentabilidade⁵, ou seja, que o desenvolvimento econômico e sócio-cultural desencadeado pelo turismo não destruam os motivos naturais que sustentam o próprio turismo.

Ressaltamos que com este ensaio não pretendemos propor nenhuma fórmula mágica de organização econômica às cidades litorâneas, em especial às do Vale Paraíba paulista (Cone Leste do Estado de São Paulo), pois esse movimento cabe a população envolvida. Entretanto, as discussões a serem desencadeadas referem-se às preocupações atuais de que o turismo pode se transformar, sem perder

³ Uma primeira versão deste texto foi publicada como capítulo de livro (FRUGOLI, R. M.; PIMENTA, C. A. M. "Turismo no Litoral Norte Paulista: perspectivas e possibilidades". In: Jorge Luiz Knupp Rodrigues (org.). *Turismo: o negócio do novo milênio*. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004: p. 193-202).

⁴ Pensamos por *consciência* como sendo um despertar sobre a realidade ambiental, em opções ativas na defesa de uma preservação ecológica.

⁵ Por *sustentabilidade* entendemos ser as dinâmicas socioproductivas que em desenvolvimento preservem as características sociais, naturais, culturais, patrimoniais do ambiente envolvido. Para visualizarmos um exemplo de *sustentabilidade* ver: Flávia Moura. "Conhecer para Preservar: a antropologia do manguezal". Taubaté, SP: Departamento de Jornalismo da Universidade de Taubaté (Trabalho de Conclusão de Curso), 2000.

de vista os princípios do sustentável e do social, em uma fonte de recursos que alavanque setores econômicos dessas cidades e amplie olhares ecológicos conscientizados, tanto para o turista quanto para aqueles que têm atividades em torno do turismo.

Aqui falaremos de turismo tendo como eixo temático o do desenvolvimento sustentável e a consciência ecológica, por intermédio de duas categorias: o turismo econômico e o turismo social. Adiante definiremos essas categorias com um pouco mais de rigor.

Ao ampliarmos esse eixo, desenvolvimento-consciência, na transversalidade que a questão do turismo nos possibilita pensar, podemos trazer em debate outros temas de fundo, de igual importância, como: o desemprego ou emprego; exclusão de lazer popular ou políticas democráticas de lazer; violência urbana; gestão ambiental; entre outros.

Nesta elaboração, centralizamos a nossa articulação nas questões de organização política, econômica e sócio-cultural de cidades litorâneas do Vale Paraíba paulista e, a partir das quais, passamos a falar sobre turismo.

Transformações no Brasil e o Vale do Paraíba

A história do Vale do Paraíba nos mostra que, desde o descobrimento do Brasil, experienciamos todos os ciclos econômicos e políticos vivenciados em nosso país. Apenas por esse aspecto o Vale do Paraíba, localizado no macro-eixo São Paulo-Rio de Janeiro, é rico em exemplos de adaptação e assimilação aos novos tempos.

Participamos da rota e da fundição do ouro, do ciclo da cana de açúcar e do café, da modernização industrial e participamos também, ativamente, hoje, da era da informação e da tecnologia.

Dito de outra maneira, as cidades valeparaibanas constituíram seus patrimônios, suas peculiaridades culturais, sociais, políticas, econômicas e arquitetônicas e, sobretudo, suas possibilidades estruturais tendo como estímulo cada período histórico de relevância para esta ou aquela cidade. O que muitos chamam erroneamente de atraso ou de não moderno é, na atualidade, uma possibilidade real de atividade socioprodutiva e de desenvolvimento, a partir do respeito às suas características locais, patrimônio e identidade culturais .

Do ponto de vista do turismo, estamos afirmando que as cidades de Aparecida do Norte, Cunha, Bananal, Paraibuna, Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal, São Luiz do Paraitinga, Redenção da Serra, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela, como exemplos, têm suas constituições sociais centradas na religião, no processo

histórico (patrimônio cultural e arquitetônico), nas montanhas e no litoral (patrimônio natural). Ao passo que cidades como Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São José dos Campos e Jacareí, embora tenham um papel histórico relevante na história do Vale do Paraíba, transformaram-se, com maior ou menor intensidade, em pólos industriais, no caso, em especial, pela localização geográfica.

Estas “opções” constituídas em nosso processo histórico e determinadas pelo mapa geográfico da região, ao serem referendadas em diversos momentos hegemônicos econômicos e políticos de nossas relações, colocam em pauta algumas questões explicitadas com a idéia de cidade-progresso e de desenvolvimento sócio-econômico: como a nossa cidade poderá gerar novos empregos? Como melhorar a qualidade de vida dos moradores da cidade? Como aumentar a renda do município? Essas questões podem ser eliminadas na medida em que o município descobre, quando descobre, o seu perfil dentro deste processo contínuo de transformações.

Antes de continuarmos nossa discussão sobre o turismo, vale a pena contextualizarmos as mudanças advindas da internacionalização da econômica⁶. Sabemos que nas décadas de 1980 e 90, ainda em curso, a sociedade brasileira experimenta inúmeras transformações que influenciam e condicionam práticas de sociabilidades diversas. Assistimos a um conjunto de novos condicionamentos sociais emergentes na cena social contemporânea e na esfera do econômica. Sabemos inclusive que a dinâmica estrutural dessas transformações perpassa pela crescente diminuição dos postos de trabalho, principalmente os empregos oferecidos no setor secundário, afetando sobremaneira o conceito clássico de indústria, devido, em grande parte, às inovações tecnológicas e informacionais⁷.

Como conseqüência, há um deslocamento tímido desses postos de trabalho ao setor terciário, na forma de comércio e de serviços. Esse fenômeno é observado com maior nitidez de acordo com a proximidade que o município tem ou guarda com o pólo central que irradia um “modelo” ou um “espelho” de desenvolvimento a ser seguido e imitado.

⁶ O que muitos chamam de *globalização* optamos por chamá-la de *internacionalização da economia*, pois para nós a globalização nada mais é do que o lado ideológico desta internacionalização. Para aprofundar ver: Alan Touraine. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

⁷ Um texto importante que esclarece esse processo de difícil compreensão é: Ricardo Antunes. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1997: p. 15-72.

No caso do Vale do Paraíba, os desdobramentos dessas transformações, mundiais, tendem a reprodução em maior ou menor escala, seguindo os recursos e os potenciais socioprodutivos de cada cidade. Esse espelhamento, ao nosso ver, é improdutivo e prejudicial à organização e à estruturação da cidade, em todos os níveis.

O que estamos dizendo é que tal reprodução pode ser relativizada ou vitalizada pela valorização das condições históricas, naturais, sociais e culturais em que os municípios constituíram suas relações. Ou seja, os municípios devem evitar o modelo ou o espelho e apostar nas suas especificidades.

Por outro lado, é fato que os municípios do Vale do Paraíba produzem uma distribuição desigual dos recursos socioprodutivos e, essa desigualdade, tem como uma das causas as polarizações de crescimento urbano e econômico. No Vale, a nossa referência de desenvolvimento e de modernização é São José dos Campos.

Como um pólo regional, subentendido em uma região metropolitana composto por municípios, cuja centralidade compete ao município mais industrializado e os postos de semiperiféricos e periféricos aqueles em processo de ou presos as tradições não urbanas. Ao observamos o Vale do Paraíba vemos, aparente, a presença dessas distinções impostas pelos padrões sócio-econômico de ação e de captação dos recursos socioprodutivos.

Pois bem, o que isso implica na nossa discussão? Do ponto de vista econômico e da organização da cultura, basicamente tudo, pois a busca pela “modernização” promove a negação dos patrimônios cultural, histórico e arquitetônico dos municípios menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, apagando suas marcas, memórias, identidades e identificações.

No refluxo desse movimento, vemos um aumento da pobreza, do individualismo e da insensibilidade criativa do homem para superar o modelo econômico, desigual desde sua origem. Essa afirmação pode ser constatada quando analisamos os números da distribuição dos bens e serviços pelo território da região, na concentração da pobreza, nos índices de desemprego etc. Embora ocorra a formação de novas redes de sociabilidade, indicando que as relações se tornam mais complexas, presenciemos uma ruptura dos laços coletivos e comunitários e uma incapacidade dos sujeitos apreenderem movimentos mais amplos de constituição das cidades.

Instaurado o pessimismo, voltamos a indicar que o que nos interessa nesse relacionamento entre turismo e modelo de desenvolvimento econômico é o dado concreto para pensarmos um

desenvolvimento sócio-econômico para além de um modelo industrial e tecnológico, uma vez que essa lógica, industrial e tecnológica, também aparece na mentalidade dos homens públicos e no imaginário dos munícipes que figuram as posições centrais, semi-periférica e periférica da Região.

“Eles são melhores e mais desenvolvidos do que nós”. Essa é a máxima daqueles que não estão na rota do “progresso”. No caso, o ideal é que o município constitua suas ações socioprodutivas em projeções restritas ao seu perfil histórico, natural, sócio-cultural e geográfico, aproveitando, positivamente, dessas diferenças.

Retornando ao turismo, em especial sobre o turismo no litoral norte paulista, para as cidades litorâneas restam enfrentar suas constituições naturais, culturais e sócio-históricas. Como conseqüência, devem reconhecer que a saída está no setor terciário, no lazer, no tempo livre, no comércio e nos serviços. Esse reconhecimento implica em alguns sacrifícios: quais alternativas de lazer o turista pode ter a sua disposição? Como a cidade se prepara para receber e evitar um aumento de *stress* na estadia do turista? Qual é o olhar que os setores socioprodutivos tem que ter sobre o turismo para se evitar uma inversão da lógica da “exploração” (se quer explorar o turismo e não o turista)? Como qualificar ou promover uma mão-de-obra capaz de atender as exigências do turismo? Todas esses sacrifícios não têm sentido se não incorporar o ideal de uma sociedade que se desenvolva com consciência de preservação ambiental e dos motivos que levam o turista ao turismo: o patrimônio histórico, cultural e natural da cidade.

O turismo e o litoral

Podemos entender turismo como um “fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”⁸. Dessa perspectiva, o turismo é um fenômeno recente que inicia-se, nos moldes em que conhecemos, na década de 60 e que produz uma nova ordem de relações entre a produção e o

⁸ Ver De La Torre, *apud* Moesch, 2000: p. 12.

consumo de bens culturais⁹. Assentado em uma administração razoável, ainda carece de novos enfrentamentos diante das exigências de sustentabilidade, de isonomia social e das preocupações ecológicas.

Talvez não seja um exagero dizermos que simultaneamente à demanda crescente pelo turismo aparece um distanciamento social no acesso aos serviços turísticos, por parte da população, criando graduações em tal acesso e tipologias concernentes ora ao público alvo, ora ao motivo ou estímulo que condiciona o turista. No primeiro caso, define-se o turismo como: “primeira classe”, o dos “pacotes”, de luxo ou classe média, ou “turismo social”¹⁰, o dos pobres, o da “farofa”. No segundo, define-se o turismo como de temporada, de lazer, ambiental ou ecológico, cultural, alternativo, entre outras formas. A trajetória cronológica do turismo em nossas cidades litorâneas não se manifestou de forma diferenciada, uma vez que privilegiamos o turismo de luxo ou de classe média, em detrimento do “social” e do “ecológico”.

Portanto, definimos turismo econômico como sendo uma estrutura de comércio, de atendimento, de serviços e de lazer voltado para as classes alta e média e turismo social como forma de lazer atribuído as excursões populares, pejorativamente chamado de “farofa”, que hoje incorporam, também, segmentos das classes médias. Eis aqui uma das necessidades de revisar a mentalidade da cidade, do Poder Público, do comerciante, do prestador de serviços, da mão-de-obra e de todos aqueles que lidam com o público, uma vez que o turismo econômico e turismo social carecem de melhores préstimos. O primeiro pelo olhar exploratório que gera do turismo para o turista e suas conseqüências; o segundo pela ignorância de uma potencialidade de circulação de recursos. Em tese, um segmento não conflita-se com o outro, basta buscarmos uma administração cidadã e respeitadora das diferenças. Porém, nunca sem gerar conscientização ecológicas.

Reforçamos a idéia de que o sentido da mudança de mentalidade deve respaldar-se em valores como cidadania e educação (conscientização ecológica). O turismo não pode valer-se de forma determinante de atividades exploratórias sobre a natureza ou o turista, pois, como revés, pode esgotar todos recursos naturais e humanos que

⁹ Para ampliar sobre as preocupações das Ciências Sociais com o turismo, ver: Álvaro Banducci Jr. e Margarita Barreto (orgs.). *Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

¹⁰ A definição “Turismo Social” foi extraído do Projeto de Pesquisa “Turismo social: lazer popular e produção do consumo da cidade”, encaminhado para financiamento da FAPESP pelo NIPPC - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas, da Universidade de Taubaté, sob a coordenação de José Rogério Lopes.

sustentam o turismo. No bojo desses valores está um conjunto de práticas de sociabilidade em que o turismo, o turista, a cidade e o ambiente social consigam harmonia.

Do ponto de vista da administração, devemos reconhecer que o setor do turismo esta em crescente profissionalização, respaldando-se nas dinâmicas do modelo industrial e de serviços. Entretanto, ainda existe a necessidade de se formar uma mão-de-obra especializada, em nível médio, técnico ou universitário, implicando em uma “produção do saber turístico” (Moesch, 2000), em um planejamento político das cidades, seja pelo referencial cultural e urbanístico das cidades (Yázigi, 1996 e 2000) seja pelo referencial amplo das dimensões do território (Cruz, 2000). Ao Poder Público, aos prestadores de serviços, às Associações comerciais, à Sociedade Civil organizada, às ONG’s, aos Sindicatos, às Associações de Moradores de Bairros, enfim, a cidade cabem as escolhas e os caminhos que pretendem trilhar; aos formadores, educadores, faculdades e universidades da Região cabem a difusão dos princípios de consciência ecológica (ou ambiental) e de sustentabilidade socioprodutiva que valorize as peculiaridades culturais, sociais, políticas, econômicas, arquitetônicas e histórica de cada cidade.

Considerações Finais

Este ensaio é preliminar e por ser preliminar merece aprofundamentos. Para escrevê-lo partimos do seguinte pressuposto: o turismo é uma importante atividade socioprodutiva, emergencial, de estruturação das relações sócio-econômicas, com a possibilidade de consolidação de divisões democráticas e eqüânimes de renda e de serviços.

Entretanto, consideramos que esse movimento só será possível com impulsos firmes e qualificados em direção a uma política de turismo que contemple o social, o econômico, o humano e o ecológico. A expressão “política de turismo” indica uma ação, conjunta ou coordenada por agentes sociais interessados (Poder Público, Associação Comercial, Cooperativas, Prestadores de Serviços, Sindicatos, entre outros) com capacidade de intervenção, influenciar ou fomentar a constituição de novas mentalidades. Só assim, ao nosso ver, seremos capazes de desenvolver, sustentavelmente, a vida social, política, econômica e cultural de nossas cidades. Assim, ao mesmo tempo, estaremos disponibilizando condições para o exercício pleno de uma cidadania ativa que respeito o “outro” de dentro e o “outro” de fora da cidade.

Apostarmos nessa estratégia implica em inevitáveis alterações de hábitos e práticas que indicam outras relações interpessoais, estas embasadas na valorização do outro, na consciência ambiental e na responsabilidade privada e pública pela sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e humano. Mãos a obra!

Referências bibliográficas

ANTUNES. R. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1997.

BANDUCCI JR., A. e BARRETO, M. (orgs.). **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

FRUGOLI, R. M.; PIMENTA, C. A. M. “Turismo no Litoral Norte Paulista: perspectivas e possibilidades”. In: RODRIGUES, J.L.K. (org.). **Turismo: o negócio do novo milênio**. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004: p. 193-202.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOURA, F. **Conhecer para Preservar: a antropologia do manguezal**. Taubaté, SP: Departamento de Jornalismo da Universidade de Taubaté (Trabalho de Conclusão de Curso), 2000.

TOURAINÉ. A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

YÁZIGI, E. (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2000.